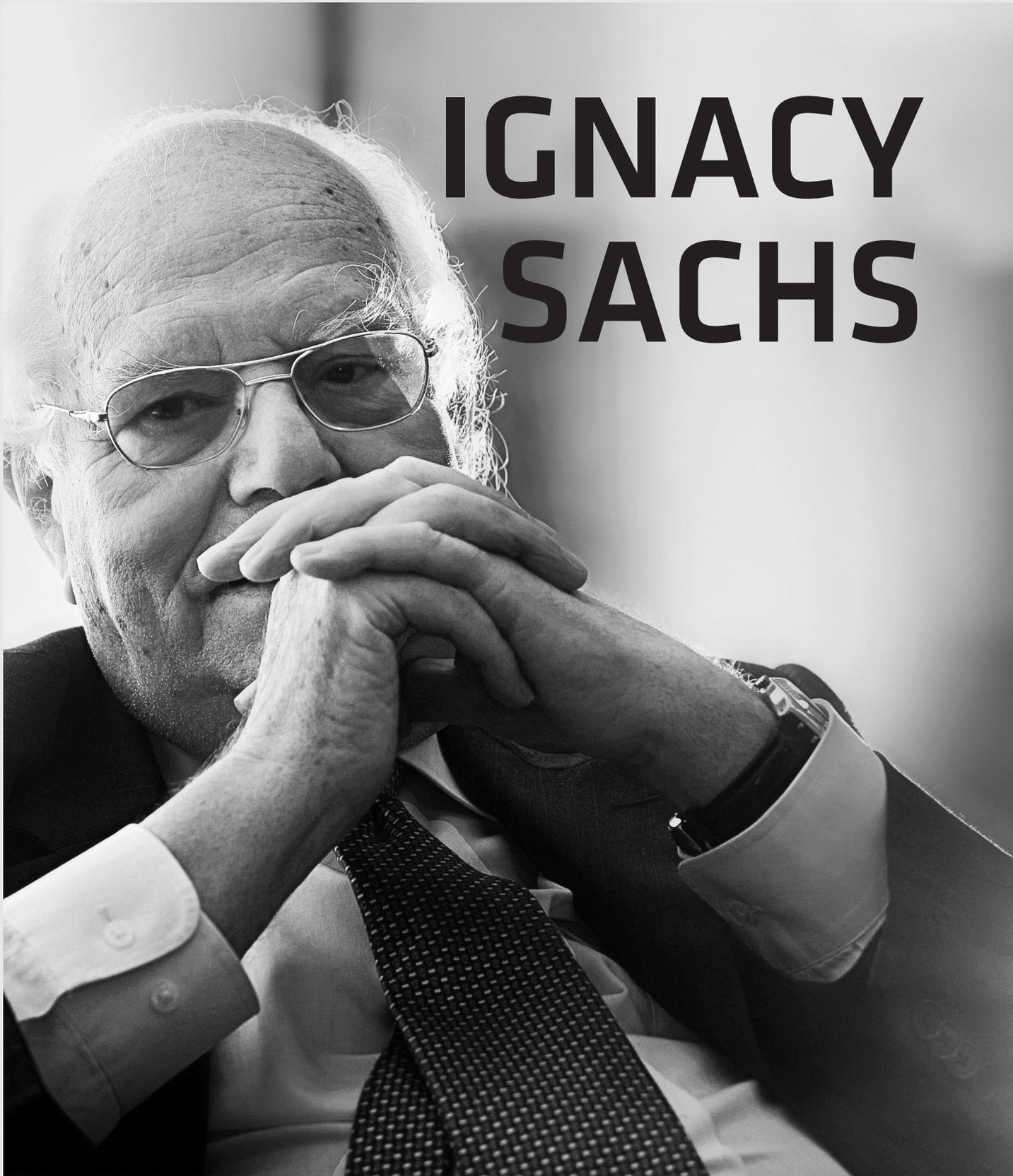


IGNACY SACHS



|| FOTO ISABELA KASSOW

|| POR RICARDO ISMAEL, ROSA FREIRE D'AGUIAR,
MARCOS FORMIGA E HELENA LASTRES

Na tarde em que deu esta entrevista a *Cadernos do Desenvolvimento*, o professor Ignacy Sachs chegou de São Paulo ao meio-dia, almoçou rapidamente com dois grandes amigos economistas, o paulista Luiz Carlos Bresser-Pereira e o indiano Deepak Nayyar — os três eram convidados do congresso internacional “Desenvolvimento e crise: novos desafios para o desenvolvimento”, organizado pelo Centro Celso Furtado na cidade do Rio de Janeiro — e, sem nenhuma pausa, enfrentou três horas de gravação, sentado numa poltrona que era a mais confortável da sala mas um tanto inadequada para quem sofria de uma crise na coluna que quase o impedira de tomar o avião. No dia seguinte, depois de proferir uma instigante conferência, aproveitando o mote dos 350 anos do nascimento de Jean-Jacques Rousseau para pregar a necessidade de se repensar um novo “contrato social”, embarcou para São Paulo. Este é o ritmo de Ignacy Sachs, 85 anos, uma vida dedicada ao desenvolvimento em todas as suas vertentes, sendo a mais conhecida de seus inúmeros alunos e leitores a dimensão ecológica. Não à toa Sachs é considerado o inventor da expressão “ecodesenvolvimento”: foi quem lhe deu seu verdadeiro conteúdo. Para quebrar o ritmo de suas seguidas viagens e compromissos, toda vez que vem ao Brasil ele não dispensa uma pausa numa praia do Nordeste. Desta feita, com sua mulher, Viola, e os bisnetos passou duas semanas “num paraíso chamado Praia do Toque”, a duas horas de carro de Maceió, “terra rústica, com uma lagoa muito bonita, uma pequena pousada”.

Ignacy Sachs nasceu em Varsóvia e, no início da Segunda Guerra, veio com a família para o Brasil. Aqui Ignacy conheceu Viola, também polonesa e refugiada, com quem se casou e teve dois meninos — a menina nasceu na Índia. Em 1954 voltou para a Polônia socialista, onde trabalhou com dois expoentes da economia, Oscar Lange e Michal Kalecki, seu *maître à penser*. Doutorou-se em economia na Universidade de Délhi. Em 1968 a vaga de antissemitismo que varreu a Polônia o expulsou de seu país natal, forçando-o a um segundo exílio, agora político, na França, onde vive. Em Paris foi professor na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, onde dirigiu dezenas de teses de alunos brasileiros e criou o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, que dirige até hoje. Seus livros mais recentes publicados no Brasil são *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, *Inclusão social pelo trabalho* e *A terceira margem, em busca do ecodesenvolvimento*, este suas memórias. Esta entrevista retoma o tema-síntese de Ignacy Sachs: o desenvolvimento, a partir de suas experiências cruzadas no Brasil, na Polônia, na Índia, na França, e com a sempre inseparável visão humanista e pluridimensional que marca sua trajetória.

RICARDO ISMAEL. Devo dizer inicialmente que é uma grande honra e satisfação para os “Cadernos do Desenvolvimento” poder entrevistá-lo, nessa sua nova passagem pelo Brasil, que coincide com sua participação no 1º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado. Gostaria de agradecer sua gentileza em reservar um espaço expressivo na sua concorrida agenda. Minha primeira pergunta pretende abordar a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, cujos resultados dividiram a opinião pública: de um lado, críticas porque não foi firmado um acordo substantivo capaz de apontar metas e objetivos mais concretos em relação ao desenvolvimento sustentável, de outro, os que alegaram que a Rio+20 coincidiu com a grave crise econômica europeia e a campanha eleitoral nos Estados Unidos, o que criou dificuldades para que os países envolvidos nesse ambiente de incertezas aceitassem firmar um documento final mais relevante. Como analisa os resultados alcançados pela Rio+20 ?

SACHS. Fiquei com bastante fome. Gostaria de imaginar um desfecho bem mais concreto e positivo. Mas, como você acaba de dizer, estamos numa situação mundial complicada e difícil. Talvez não fosse muito racional esperar de uma conferência como a Rio+20 resultados espetaculares. Gosto sempre de olhar o lado positivo, porque é fácil mostrar os negativos. Aconteceu, e isso já é importante. É uma agenda que poderia ter desaparecido com o pretexto das crises mundiais, e não desapareceu. Portanto, nosso problema agora é como tirar o melhor partido possível da Rio+20 e caminhar para frente. Quais são os próximos passos? Faz tempo que eu acho que o problema essencial é estabelecer até que ponto os países emergentes conseguem articular uma posição conjunta e mais ofensiva, isto é, cobrando dos países desenvolvidos o que eles poderiam e deveriam fazer. Nesse sentido, eu diria que na Rio+20 houve um empate entre o que poderia ter sido e o desastre que foi evitado. Estamos com a agenda aberta para o futuro. Por enquanto não é um jogo de soma zero, mas o essencial é que faz falta algo mais coordenado, e, sobretudo, uma

maior ofensiva por parte dos emergentes. Ainda temos muito chão pela frente até uma articulação melhor das políticas dos países emergentes e até fazer, sobretudo, com que eles pressionem as Nações Unidas e as instituições internacionais no sentido de apoiarem essas políticas. Desse ponto de vista, não penso que a Rio+20 tenha trazido resultados muito positivos até agora.

RICARDO. Sobre essa articulação entre os países emergentes no cenário internacional, não fica difícil conseguir uma proposta convergente entre Brasil e China, em razão das diferenças entre as respectivas matrizes energéticas?

Obviamente, há enormes diferenças. Mas, para esclarecer, não considero a China um país emergente. A China é uma grande potência mundial, que tem uma política chinesa, e não emergente. Os emergentes seriam os países da América Latina, Ásia e África, tendo um papel mais importante os dois abre-alas desse grupo, que são o Brasil, na América Latina, e a Índia, na Ásia, muito mais que a China.

RICARDO. Como avalia o papel da Organização das Nações Unidas nesse processo de negociação envolvendo um acordo que defina objetivos e metas de desenvolvimento sustentável? A ONU tem adotado uma postura um pouco acomodatória, à espera da evolução da crise financeira e econômica que atingiu boa parte dos países desenvolvidos, o que termina favorecendo certa paralisa decisória?

Se você olhar para trás, verá que sempre tivemos uma sucessão de crises. Ou seja, se vamos ficar esperando que a última crise seja resolvida para começar a discutir a agenda, sempre nos faltará a capacidade de um programa claro de avanço. As Nações Unidas estão sempre no fogo cruzado das diferenças entre as grandes potências e os países emergentes, tentando manejar com jogo de cintura. Não creio que tenha havido na Rio+20 uma iniciativa forte por parte do sistema das Nações Unidas. Portanto, acho que estamos precisando de uma reflexão muito séria sobre para onde queremos ir e que passos devemos dar para entrar na boa rota. Desse ponto de

vista, não creio que a Rio+20 tenha deixado um legado muito claro. Por outro lado, a conferência poderia ter fechado ainda mais o horizonte. Por isso, repito, não foi um fiasco, mas tampouco um passo decisivo para frente. Neste momento estamos com o bebê no colo.

RICARDO. O governo brasileiro tem enfrentado dificuldades com parte da base aliada no Congresso Nacional, no sentido de assegurar um novo Código Florestal mais rigoroso com o desmatamento. Por outro lado, a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal, na plataforma continental, pode ampliar as emissões de gases de efeito estufa, sujando, por assim dizer, a matriz energética nacional. Como fica em âmbito internacional a liderança do Brasil quanto à questão de uma matriz energética mundial mais limpa, tendo em vista esses acontecimentos recentes?

Bem, eu não sou Madame Soleil... aquela astróloga muito popular na França. É muito difícil que eu me pronuncie sobre o que o governo brasileiro fará no futuro. Creio, no entanto, que o Brasil tem exercido uma liderança globalmente positiva em nível internacional. E acho que uma articulação mais forte do bloco dos países emergentes dependerá em boa parte do que o

resultar uma influência maior sobre o que vai acontecer na África, por exemplo.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA. Voltando à Rio+20, definir os objetivos que os países terão de cumprir já não foi um avanço?

O lado positivo foi a Rio+20 não ter fechado as possibilidades desse avanço. Mas temos de avançar mais. Primeiro, no sentido de reafirmar a importância do planejamento de longo prazo, se quisermos realmente ir mudando os rumos deste mundo. Segundo – e aqui o acaso fez bem o seu trabalho –, vale a pena apontar para a coincidência das datas redondas. O ano de 2012 é o tricentenário de nascimento de Jean-Jacques Rousseau e o 250º aniversário da publicação do *Contrato Social*. Essa coincidência nos permite enfatizar a importância de um contrato social claro no nível dos países e de um mega-contrato social no nível internacional. E aí vem o papel das Nações Unidas. Do que nós precisamos do lado das Nações Unidas? Precisamos, a meu ver, de um fundo de desenvolvimento, voltando a um velho compromisso que nunca foi realizado: o de recolher 1% do PIB dos países ricos. Precisamos pôr em marcha a Taxa Tobin sobre as especulações financeiras; e instituir uma taxa sobre

Na Rio+20 houve um empate entre o que poderia ter sido e o desastre que foi evitado. Estamos com o bebê no colo, com a agenda aberta para o futuro.

governo brasileiro fizer daqui para frente. Estou antecipando dificuldades sérias na Europa; um desfecho por enquanto incerto nas eleições norte-americanas; grandes complicações do lado da Rússia e imediações. Paradoxalmente, existe portanto espaço para uma atuação mais sólida do grupo dos emergentes. Dentro desse grupo, o Brasil é um dos líderes fortes. O outro líder potencial é a Índia. E acho que há ainda muito espaço para uma maior aproximação entre o Brasil e a Índia, levando nessa cooperação os demais emergentes. De uma melhor articulação entre o Brasil e a Índia pode

as emissões de carbono, tentando reduzi-las com a dupla finalidade de retardar o aquecimento global e gerar fundos para o desenvolvimento. E, se dependesse de mim, eu ainda acrescentaria um pedágio sobre os ares e os oceanos, ou seja, uma taxa internacional extremamente simples de ser cobrada, que poderia pôr à disposição das Nações Unidas um fundo muito importante. Seria uma percentagem, por pequena que fosse, sobre cada passagem de avião e sobre os fretes dos navios. Portanto, acredito que poderíamos contar com um fundo de desenvolvimento bem maior do que aquele de que

dispõem hoje as Nações Unidas. Além disso, e aí temos talvez mais trabalho à vista, esse fundo não teria muito sentido se não estivesse articulado com um esquema de cooperação científica e técnica em nível internacional, capaz de produzir e oferecer soluções razoáveis para os problemas do desenvolvimento. E esse sistema de cooperação científica internacional deveria se pautar por uma nova geografia, a geografia dos biomas.

HELENA LASTRES. Tivemos aqui no BNDES, com a participação do Itamaraty, um grupo de avaliação da Rio+20, e diferentes pontos positivos foram ressaltados. Um deles é a criação de uma nova associação de bancos de desenvolvimento para pensar, planejar e financiar políticas de longo prazo. O outro é a criação do “Rio+”, um instituto de pesquisa que enseje essa reflexão sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, novos conhecimentos e novos avanços. Esses dois pontos vão na linha de seus argumentos sobre a necessidade de financiar programas de cooperação internacionais em novas bases e de pensar em novas instituições operando globalmente e com capacidade de reorientar o desenvolvimento.

Tudo o que for feito no sentido de estreitar a cooperação entre os bancos nacionais de desenvolvimento dos países em desenvolvimento constitui, a meu ver, um passo extremamente importante na boa direção. Falei dos fundos internacionais para mostrar que aí também temos margem para avançar. Com isso quero dizer o que parecerá quase um paradoxo, a saber, que não são os fundos financeiros que constituem o gargalo. O gargalo são as ideias, são os projetos e as propostas concretas. O gargalo é a distância que vai de uma boa proposta em termos gerais à implantação de um projeto concreto. Aí é que estamos...

HELENA. Para não mencionar a tensão entre aqueles que veem a crise como momento de renovação e exigência de um novo padrão e aqueles que resistem a financiar, a pensar, a dar novas ideias.

Quanto a isso não tenho a mínima ilusão. Os avanços, na medida em que forem conseguidos, não se darão graças

à boa vontade das grandes potências que ainda dominam o cenário internacional. Não é da Europa nem dos Estados Unidos que virão essas iniciativas. Por isso eu acho que o ponto central a debater é como avançar no sentido de consolidar a cooperação entre os países emergentes, como lidar com a base de ideias concretas, que podem ser novas ou não tão novas, mas que sejam realistas no sentido de poder ser implementadas, e como organizar a cooperação entre os emergentes a fim de pressionar o sistema das Nações Unidas a ajudá-los nessa tarefa.

RICARDO. Paralelamente à atuação de governos nacionais, que devem buscar uma cooperação dos países em desenvolvimento, ou à da ONU mais fortalecida para estabelecer um fundo que financie essa mudança para uma matriz energética mais limpa, como avalia o papel dos movimentos sociais em relação a esse debate, na medida em que podem e devem ter um maior protagonismo?

Não haverá desenvolvimento se não houver ao mesmo tempo a organização de um processo político a favor desse desenvolvimento. Se observarmos as diferentes conferências internacionais, um aspecto positivo, e que você acaba de sublinhar, é o de que, de uma conferência à outra, o papel da sociedade civil mais ou menos bem organizada tem crescido. Desse ponto de vista, a Rio+20 foi bastante diferente da Eco-92, há 20 anos, quando havia tanques na rua, e bem visíveis. Dessa vez não tivemos nada disso. A Rio+20 constituiu um passo importante no sentido da democratização do processo e das discussões. O outro lado da moeda é que, quando se tem muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, com matizes e acentos diferentes, fica muito mais difícil traduzir essa riqueza de opiniões e debates em propostas concretas. Daí eu estar um pouquinho de pé atrás com relação à Rio+20.

HELENA. Uma de suas preocupações sempre foi tratar a questão ambiental não apenas como proteção ou cuidados com o meio ambiente físico, mas como uma questão social. Nas orientações da Rio+20 estava,

como requisito primeiro e fundamental, a erradicação da miséria. Seu argumento foi ouvido?

Eu não conheço nenhuma conferência internacional que, da boca para fora, não coloque a questão social como uma questão central. Daqui a dois ou três anos, se nos reencontrarmos, poderemos fazer um balanço sobre o quanto avançamos realmente nessas direções. É que entre as boas intenções, até mesmo entre as resoluções das grandes conferências, e a prática dos organismos internacionais costuma haver uma grande distância. Mas eu só daria uma avaliação pessimista se dissesse que várias portas foram fechadas. A Rio+20 não fechou portas, deixou algumas entreabertas. Agora nos cabe colocar o pé nessas portas entreabertas e tentar abri-las mais. Temos uma série de coisas a fazer. Faremos? Não faremos? Faremos a 20%, a 40%? Isso a história dirá. Temos condições de pensar grande. Pensar grande, para mim, é pensar numa volta ao planejamento, que hoje em dia não anda muito popular. Mas eu continuo a acreditar que os mercados deixados a si mesmos têm a vista curta e a pele grossa.

BRESSER-PEREIRA. Você reitera a necessidade de um acordo entre os países emergentes. Mas o Brasil não deveria tentar também se acordar um pouco mais com a Europa? Na vertente econômica, Europa e Estados Unidos têm interesses comuns contra nós, mas na vertente ambiental não acho que seja o mesmo caso.

Não penso que se deva colocar o problema em termos de confronto do bloco dos emergentes com os outros países. Sempre que possível, devemos tentar acordos, ver onde há interesses comuns para caminharmos juntos, e isso se aplica também à Europa. Mas, pessoalmente, tenho uma visão bastante pessimista do que está acontecendo por lá. A Europa não está, hoje, em condições de se pensar como tal de uma maneira convincente, porque em grandes países da Europa do Leste e da Europa do Sul estão emergindo problemas sérios. Quanto aos Estados Unidos, temos à frente uma eleição complicada. Portanto, prefiro me ater àquilo que vocês, países emergentes, são capazes de

fazer por si mesmos, pressionando ao mesmo tempo o sistema das Nações Unidas. Aqueles países da Europa que se sintam atraídos por um programa cuja iniciativa venha essencialmente do conjunto dos países emergentes, que se juntem a eles.

ROSA FREIRE D'AGUIAR. Fazendo a pergunta por outro ângulo, a Taxa Tobin, o pedágio para as companhias de aviação e marítimas são ideias propostas há alguns anos mas que nenhum governo consegue implementar. Os políticos clamam por sua necessidade, chegam ao poder e as boas ideias não se concretizam. Estamos em crise de liderança política?

É muito difícil saber. Quando lemos livros de história, sabemos quais foram as lideranças positivas e negativas. Mas precisamos de certo tempo até saber quais são elas. Com o desenvolvimento da mídia, dos debates internacionais, as lideranças individuais são talvez menos importantes do que eram no passado. Não precisamos esperar por um Churchill ou um Stalin para que as coisas aconteçam. O grande problema é que sempre há um desnível muito grande entre o discurso e a prática. Com tudo o que eu disse, 99% dos políticos de qualquer partido concordariam ou diriam que concordam. O problema, como você diz, é que as coisas não se concretizam. Por quê? Volto à falta de maior militância do bloco dos países emergentes, que não têm se caracterizado por uma atuação política forte e conjunta. Que ele passe a exigir do sistema das Nações Unidas certas coisas bem concretas, porque simplesmente colocar as questões na mesa já não é suficiente. E não é suficiente porque há, é claro, uma grande dose de má vontade das forças políticas dos países mais ricos desinteressadas em certas propostas. Tivemos um momento ímpar na história com a emergência do movimento dos não alinhados, em 1955: a Conferência de Bandung, que hoje anda meio esquecida. Vocês devem se lembrar da foto que deu a volta ao mundo: Chou En-Lai, Nehru, Nasser, Sukarno, Nkrumah se segurando pelas mãos. Pela primeira vez, surgiu uma voz conjunta de países que eram na maioria colônias recém-emancipadas. Quem, um ano antes, te-

ria pensado nisso? Diga-se de passagem que a América Latina não estava presente. Mas as contradições entre a China e os demais países do grupo de Bandung iriam ser exploradas pelo Ocidente.

MARCOS FORMIGA. No documento “Brasil 2022”, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, com orientações de concertação de políticas públicas para o desenvolvimento a longo prazo, a Amazônia recebeu apenas duas citações. Já na internet, ela só perde em citações para a Coca-Cola e praticamente empata com Jesus Cristo... Ou seja, para fora a Amazônia tem visibilidade, mas internamente, nos documentos oficiais, isso não se revela. Como tornar importante os papéis geopolítico, socioeconômico e ambiental de nossas macrorregiões: Amazônia, Nordeste e Pantanal?

A Coca-Cola bate Jesus Cristo? Isso é um bom indicador... O Brasil não é um país como outros, é um subcontinente. É óbvio que uma reflexão de longo prazo sobre o desenvolvimento brasileiro não pode omitir uma reflexão sobre o que vai acontecer nos principais biomas do país. A Amazônia, por seu tamanho, por sua extraordinária riqueza de recursos renováveis e as enormes riquezas do subsolo, é obviamente um capítulo fundamental da reflexão sobre o Brasil do futuro. Ignoro por que a Amazônia ocupa lugar tão pequeno no documento mencionado.

MARCOS. Uma explicação está no fato de que 70% dos artigos publicados sobre Amazônia são de estrangeiros, que a estudam mais que nós.

Não há como discordar de sua observação, mas vocês acabam de criar várias universidades na Amazônia. É óbvio que, ao pensar o futuro do Brasil, não se pode deixar de pensar com a maior seriedade o futuro das Amazônias. O que me parece ser a questão central do momento é que, se queremos realmente pautar o nosso desenvolvimento por um planejamento de longo prazo, temos que começar por pensar cada uma das macrorregiões do Brasil a partir do conjunto de seus recursos potenciais e dos problemas que cada região

enfrenta. A partir do confronto entre problemas e potenciais é que se definirão as estratégias para o desenvolvimento capazes de tirar o maior proveito dos recursos naturais a fim de solucionar as questões sociais da região e, quem sabe, contribuir para o desenvolvimento de outras regiões brasileiras menos bem-dotadas em recursos naturais. Isso, para mim, já seria um dever de casa que eu daria a uma comissão de planejamento: pensar o longo prazo do Brasil partindo da dotação dos recursos naturais e da distribuição da população brasileira com vista a apresentar propostas capazes de articular melhor as diferentes regiões entre si, e fazendo com que cada uma aproveite suas vantagens comparativas e se valha também da cooperação com as demais regiões. O Brasil é um subcontinente e, por isso, vários problemas que em países menores têm de ser resolvidos pela inserção na divisão internacional do trabalho podem, aqui, encontrar soluções endógenas. Não estou pregando a autossuficiência. Nem pretendo que o comércio exterior não seja um dos capítulos essenciais nesse debate. Mas, obviamente, um país de tamanho continental pode resolver pelas trocas internas uma série de problemas que outros países menores só resolvem pela cooperação internacional. Daí que a participação do comércio exterior no PIB brasileiro possa ser bem menor que a de países menores.

ROSA. Em seu livro de memórias, A terceira margem, escrito em 2007, você diz que o Brasil deveria apostar no tripé biodiversidade-biomassa-biotecnologia. Desde então, o pré-sal monopolizou as atenções, os recursos, as pesquisas, e o etanol passou a segundo plano. Essa concentração de investimentos em detrimento das fontes de energia mais limpas é um bom caminho?

Não tenho elementos para responder com precisão, senão voltar a dizer que o que me faz falta neste momento é um debate sobre o que poderia ser uma estratégia de desenvolvimento do Brasil no longo prazo, colocando alternativas. Por exemplo: vamos concentrar o esforço no pré-sal ou, ao contrário, privilegiar o desenvolvimento das energias renováveis? Não estou querendo

levar o debate a posições extremadas. Não explorar o pré-sal, com o que representa o petróleo no mundo de hoje e o que vai ainda representar durante décadas, é uma opção difícil de propor. Neste momento há um lugar para o pré-sal. No entanto, eu ficaria mais confortável se tivesse na mão um plano de 20 anos, no qual se diga que ao pré-sal caberá por boas razões uma parcela substantiva dos investimentos globais do Brasil. Porém, olhando mais para frente, está se fazendo ao mesmo tempo um trabalho com as energias renováveis, pois no longo prazo assistiremos a uma redução das reservas do petróleo, e temos de nos preparar para substituí-lo por outras fontes de energia. Em que proporções e em que momento, isso só pode ser discutido seriamente se houver um planejamento detalhado.

fazer em 20 anos para caminharmos na direção do futuro alternativo mais desejável? Quais são os passos que temos de dar hoje para nos colocarmos na trajetória que nos parece razoável?

HELENA. Voltando a um de seus argumentos fundamentais, que é o de uma nova institucionalidade global sucessora da atual, como está vindo o redesenho da geopolítica internacional? Quem vai conduzir essa nave, em suas próprias palavras, e pô-la na rota de um desenvolvimento sustentável, socialmente incluyente e politicamente viável?

A grande ambição é ter como um dos objetivos para o sistema das Nações Unidas um plano mundial de desenvolvimento. Estamos em 2012, precisamos de algum tempo para pôr as casas em relativa ordem. Por que não

Precisamos de um fundo de desenvolvimento voltando ao velho compromisso de recolher 1% do PIB dos países ricos; da Taxa Tobin sobre as especulações financeiras; e de uma taxa sobre as emissões de carbono.

MARCOS. É o que estão fazendo a Noruega e os países do Golfo Pérsico ao criarem um fundo para quando o petróleo acabar.

Exato. Mas de modo mais geral temos de voltar a planejar. O que não significa que devamos fechar os olhos para os inúmeros erros e imperfeições do planejamento passado. O planejamento nasceu na era do ábaco. Não digo que termos computadores e maravilhosos processadores mude tudo, porque essas ferramentas, na mão de uma ditadura, podem levar a erros gigantescos. Voltar a planejar também significa fazer um exame crítico aprofundado das experiências passadas do planejamento para não repetirmos os despropósitos feitos em seu nome. Vamos juntar essas lições do passado com os progressos técnicos que ocorreram entretantes e partir para uma nova fase de planejamento democrático, em que o debate político desempenhe papel central. A pergunta fundamental é: o que queremos? O que podemos

pensar no período 2016-2030 para estabelecermos planos de desenvolvimento nacionais de 15 anos, a fim de cuidar do que ainda for necessário em matéria de crescimento material razoavelmente forte? Esses planos já seriam voltados para a ideia de que, a partir de 2031, partiríamos para um plano mundial de 20 anos, que se estenderia, portanto, até 2050. A ambição é pôr o planeta numa trajetória de desenvolvimento incluyente e sustentável, com taxas decrescentes de crescimento material. Ou seja, não podemos extrapolar para um futuro indeterminado as taxas de desenvolvimento do produto material, porque vamos encontrar barreiras intransponíveis: por um lado, o aquecimento global, por outro, o esgotamento de certos recursos energéticos. Pensar o longo prazo significa pensar ainda uma humanidade cuja população global não crescerá indefinidamente. Em dado momento, talvez cheguemos a um crescimento populacional zero.

Uma taxa de crescimento demográfico nulo e impactos ambientais que não criem um aquecimento catastrófico formam uma boa perspectiva. Podemos dizer que é o fim da história, na medida em que toda ela tem se dado em termos de luta e competição por recursos escassos. Chegaríamos então ao *steady state*. Qualquer extrapolação das tendências atuais leva obviamente à hipótese de que, a certa altura, deveremos entrar no estado estacionário. Falo em termos de crescimento material porque, para as atividades culturais imateriais, o céu é o limite.

No longuíssimo prazo, podemos muito bem imaginar uma economia mundial estacionária em termos de produção material. Com o progresso técnico, o tempo da sociedade necessário para produzir a riqueza material torna-se cada vez menor. Portanto, o tempo disponível para outras atividades que não a produção de bens materiais torna-se cada vez maior. Entramos assim numa idade de ouro das atividades culturais no sentido amplo da expressão. Esse é o longo, longo prazo. Para chegarmos lá precisamos evitar que a nave espacial Terra sofra a caminho um desastre de consequências catastróficas irreversíveis, ou que passe por um aquecimento insuportável para os bípedes que somos.

ROSA. O mundo ainda não está muito desigual para se pensar em homogeneizá-lo e partir para um Estado estacionário?

É por isso que precisamos de dois períodos de transição. A primeira transição seria a de 2016 a 2030, quando se fará o possível para que os países que estão lá embaixo, e sobretudo os grupos sociais que estão embaixo em cada país, avancem de maneira a reduzir as disparidades sociais abissais que caracterizam o mundo de hoje. Para isto, não podemos nos omitir a introduzir limites ao consumo material dos que estão lá em cima. Portanto, temos aí um primeiro período de 15 anos em que é essencial que os países mais ricos ajudem os menos ricos. E depois há um segundo período de transição de 20 anos para a *steady economy*. E, quando falo da *steady economy*, sempre penso em economia material, já que, quanto menos tempo a sociedade estiver usando

para a produção dos bens materiais, de tanto mais tempo disporá para a produção de todos os bens imateriais. Esse, idealmente, seria o futuro depois de 2050, quando a nave espacial Terra entra num estado de...

MARCOS. Hibernação?

Não, não de hibernação. Entra num regime permanente de produção estacionária de bens materiais. Mas chegamos ao mesmo tempo a uma estabilização da população mundial, porque é impossível que continuemos no ritmo de hoje, daqui a pouco 9 bilhões, mais um pouco e 18 bilhões! E abre-se a idade de ouro para as atividades imateriais sustentadas por uma espécie de economia de abundância equitativamente distribuída.

HELENA. Uma das portas entreabertas no Rio+20, muito discutida aqui no Brasil, foi o fato de a conferência ter se realizado em um país que teria quebrado o paradigma do “primeiro o crescimento econômico e só depois o desenvolvimento social”. O Brasil saiu dessa armadilha de pensar em separado o econômico e social, como aliás pregava Celso Furtado. Isso é realmente um pé na porta?

Isso é a primeira fase do esquema que proponho. Quanto maior o esforço de equidade no processo de crescimento, tanto menor será o período necessário para levar os que estão embaixo da pirâmide até um nível considerado razoável, portanto, para poder começar a pensar na redução do crescimento material. Então, é necessário um período de ajuste em que se limita fortemente o crescimento da renda dos que estão em cima, eliminam-se as chaminés na distribuição da renda, e usam-se esses recursos para levantar os que estão embaixo. São portanto dois estágios, com limites temporais. 2016-2030: primeira fase do ajuste; 2031-2050: segunda fase do ajuste. Na segunda metade do século XXI, entramos na economia *steady state*, estacionária em termos materiais.

ROSA. Esses programas de desenvolvimento demandariam uma concertação política mundial. Os orga-

nismos integrantes das Nações Unidas seriam os responsáveis por eles?

Evidentemente, as Nações Unidas têm nesse programa um papel fundamental a desempenhar. Primeiro, ajudar na fase inicial para que os que estão embaixo subam, e muito mais rapidamente que a média da sociedade. Segundo, gerir o fundo mundial que deverá vir, para sermos mais explícitos, de: a) 1% da renda dos mais ricos; b) a Taxa Tobin; c) uma taxa carbono; d) um pedágio sobre ares e oceanos. Isso deveria dar, globalmente, algo como 2% a 3% do PIB mundial, ou seja, o equivalente de 10% a 15% do investimento mundial, o que é enorme. Mas isso só fará sentido se, em paralelo, pusermos em marcha um sistema de produção de conhecimentos de ciência e tecnologia capaz de usar esses recursos de maneira a evitar catástrofes ecológicas por aquecimento excessivo, e de destiná-los à redução das desigualdades sociais que caracterizam o ponto de partida. Daí a necessidade de programas de ciência e tecnologia que se pautem pelo conceito de bioma. Portanto, das Nações Unidas eu espero várias coisas. A primeira é o fundo de desenvolvimento, do qual ainda estamos longe. Esse fundo poderá ser articulado com a criação de bancos nacionais de desenvolvimento, que por sua vez se articulariam com os bancos mundiais de desenvolvimento. Mas só faz sentido haver um banco se houver recursos. Isso é um lado do problema. O outro é haver ideias novas para o aproveitamento dos recursos de cada bioma.

ROSA. Tem muita gente pensando na mesma direção de suas propostas. A dúvida é saber se as Nações Unidas estão aparelhadas para tamanha ambição ou se precisam previamente de uma reforma interna de aprimoramento.

Posso provocar? Isso vai depender em grande parte da posição dos países emergentes, que têm um peso muito forte. Numericamente eles são uma força imensa. O Conselho de Segurança não interferirá com a maioria dos problemas que estamos discutindo, estou seguro. Portanto, o espaço é muito grande para uma cooperação mais efetiva entre os emergentes de modo a exercerem

pressão sobre o funcionamento dos diferentes órgãos dentro das Nações Unidas. Vocês se subestimam. Têm maioria absoluta na Assembleia Geral. O que falta muitas vezes é articulação. É a questão da liderança. E esta, mais uma vez, nos remete à associação Brasil-Índia. No dia em que o Brasil for realmente capaz de se articular com a Índia, muito pode mudar.

MARCOS. A presidente Dilma lançou no início do ano passado o programa Ciência sem Fronteiras, que pensa em levar 100 mil brasileiros para o exterior. Há vários problemas, como o da língua, o do visto, o das fronteiras. E hoje os países ricos demonstram certa xenofobia latente.

Não é possível mandar para o exterior brasileiros que não falem bem inglês, isso é óbvio. Na Polônia, nos anos 1960, insistimos muito na questão do ensino de inglês. Criamos em Varsóvia um curso de planejamento para economistas dos países do Sul, sob os auspícios das Nações Unidas, e o nosso curso era todo ministrado em inglês. Se podíamos fazer isso naquela época, como é que vocês não podem fazer hoje um curso em inglês para que os brasileiros já saiam daqui com o inglês bem aprimorado? Não sei se vocês têm que mandar necessariamente estudantes de pós-graduação para fora do país, mas deveriam mandar uma grande parte para estágios lá fora.

MARCOS. Pelo chamado doutorado sanduíche: o estudante começa aqui, depois passa um, dois anos no máximo fora do país e volta para defender a tese.

Essa para mim é a fórmula mais interessante. Mas o que vocês não têm até hoje são projetos conjuntos. Por exemplo, entre Brasil e Índia, quantos projetos de pesquisa comparativos em comum vocês têm? Zero. Isso é que deve ser incentivado, em qualquer área. Manda-se um brasileiro para a Índia, e lá um indiano pega o brasileiro pela mão e lhe mostra o problema em toda a sua extensão na Índia. E depois a mesma dupla faz a visita de volta, ao Brasil. E por fim os dois se sentam e fazem um relatório conjunto. Os custos são relativamente pe-

quenos. Há que estimular o mais possível a ida de brasileiros para a Índia e a vinda de indianos para o Brasil.

ROSA. O diálogo Brasil-Índia marcou sua trajetória de vida. Mas esse duplo olhar começa no Brasil, aonde você chega aos 13 anos, com sua família polonesa, que fugia da Segunda Guerra Mundial. E aqui encontra uma lacraia...

Pois é. Já no primeiro dia, no Rio de Janeiro, dei de cara com uma lacraia, na cozinha do apartamento onde ficamos. Não sabíamos que bicho era, se mordida ou não, se era venenoso. Mas não nos apavoramos, pois isso correspondia perfeitamente ao imaginário de um europeu que chegava a um país cheio de bichos selvagens e perigos. Nunca mais na vida cruzei com uma lacraia, nem mesmo em minhas inúmeras andanças pelo interior do Brasil. Chegamos num dia de janeiro de 1941, de calor forte. A entrada do navio na Baía de Guanabara foi deslumbrante. Uma coisa de que me lembro: contei o número de edifícios altos, ao longo da praia em Copacabana, eram entre 42 e 46, um deslumbramento, porque em toda Varsóvia só havia dois edifícios de 15 andares. Meus pais tinham aqui um amigo que viera para o Brasil trabalhar, nos anos 1930, era o pai do Tad Szulc, que depois foi esse jornalista muito famoso, do *The New York Times*. Lembro-me de ouvir contar as histórias do pai do Tad, em Varsóvia, por volta de 1937-38, quando ele estava de férias e falava maravilhas sobre a sua vida aqui, dizendo que de manhã dava um pulo na praia antes de ir trabalhar. Ninguém acreditava, todos riam às gargalhadas e diziam: “ele está racionalizando o seu infortúnio”.

ROSA. O que era o Brasil no imaginário de um menino polonês?

Nos anos 1930, meus primeiros anos da escola, sabíamos alguma coisa do Brasil por causa da colônia polonesa em Curitiba. O Brasil não existia a não ser por essa massa de colonos. Algumas correntes da extrema direita polonesa pressionavam para transformar o Paraná numa colônia polonesa, nada menos! Achavam que aquilo era um Estado criado e construído pelos polone-

ses! Lembro de uma poetisa polonesa do último quarto do século XIX, Maria Konopnicka, que escreveu um poema épico sobre um colono que tinha ido para o Paraná, e que se chamava “O Senhor Baltzer no Brasil”, era um pobre-coitado imigrante que encontrava cobras e se separava com outros infortúnios. Eu já tinha lido um outro livro sobre o Brasil, escrito por um *globe-trotter* polonês, Arkady Fiedler, que depois virou herói da Segunda Guerra Mundial na aviação britânica. O livro se chamava *Os peixes cantam no Ucayali*, e marcou a primeira fase da minha adolescência. O autor andou por esse afluente do Amazonas, onde um dia eu também estaria. Como ele achou que os peixes cantavam ali, é outra história. Outro elemento pelo qual o Brasil apareceu na nossa infância foi o futebol: o Campeonato Mundial de 1938, no qual o Brasil eliminou a Polônia nas quartas-de-final. O Brasil ganhou o jogo, acho, por 5 a 4, sendo que o Leônidas fez três ou quatro gols. O curioso foi que a partida ocorreu num dia terrível de chuva e vários brasileiros jogaram sem chuteiras, porque havia muita lama. Na Copa do Mundo!

ROSA. E então você descobre o Brasil real.

Na verdade nos instalamos em São Paulo e eu fui para a escola francesa. Quando estava no último ano, em 1946, chegou por lá o primeiro vice-cônsul do novo governo da Polônia. Fui conversar com ele e ofereci meus serviços, dizendo que podia traduzir alguns autores poloneses e tentar publicá-los no Brasil. Ele logo me ofereceu trabalho, me pagaria o dobro do que eu ganhava com umas aulas particulares. Fiquei uns seis ou sete meses no vice-consulado em São Paulo, prestei o exame do *baccalauréat*, e como estava meio ruim de saúde vim me recuperar no Rio, e aqui me apresentei à embaixada, para mais uma visita de cortesia. Novamente me ofereceram emprego e, como a situação dos meus pais era muito precária, aceitei. Fiquei no Rio até 1954. Meu primeiro trabalho foi de estenógrafo e tradutor. Eu já falava um português razoável, o melhor da embaixada, salvo o do embaixador, que falava bem porque tinha passado dois anos como engenheiro nas estradas de ferro no Para-

ná, nos anos 1920. Quando chegaram as repercussões da Guerra Fria aqui, o adido de imprensa da embaixada, ex-membro do Partido Comunista francês antes da guerra, foi declarado *persona non grata*. Assim, herdei também os serviços de imprensa e cultural da embaixada. Lia diariamente dez jornais, tinha um título oficial pomposo – Encarregado do Bureau de Informações Polonesas – que não significava muito. Enquanto era por telefone, funcionava muito bem. Quando eu aparecia numa redação, com 19 anos, 20 anos, era mais complicado. A Guerra Fria era bastante violenta. Como eu falava português, me mandavam ir esperar o portador da mala diplomática no Galeão – ainda não havia a ponte, tinha que tomar um barquinho para chegar ao aeroporto. Uma vez, fui até lá e não quiseram entregá-la sem a abrir. Decidiram que iam abrir a mala diplomática, o que era uma provocação óbvia, pois não se abre mala diplomática. Fiz um comício no aeroporto, dizendo que era um escândalo, que era contra todas as leis! Fomos retidos, mas havia outros passageiros, outros aviões chegando, e acabaram nos soltando depois de algumas horas.

ROSA. E você também cursou uma faculdade de economia no Rio.

De fato, uma faculdade particular, a Cândido Mendes, curso noturno. Ali estive entre 1947 e 1950. Os professores não eram dos melhores, e basicamente eu estudava sozinho. Tive, entre outros, um professor que era delegado de polícia encarregado de assuntos políticos. Mas era um bom professor de estatística. Ainda lembro o nome dele: Saldanha. Mal terminei a faculdade, fiz uns cursos complementares, e a boa surpresa foi a SBPC, recém-criada, que era muito ativa na época. Aí assisti a outro curso de estatística, de um estatístico americano que acho que se chamava Granville. Os cursos da SBPC eram de muito bom nível. Lá também tive aula com Giorgio Mortara, refugiado antifascista italiano, grande estatístico, e que pôs de pé e presidiu o IBGE.

ROSA. A casa da embaixada da Polônia, no Posto 6, à entrada da atual favela Pavão-Pavãozinho, justamen-

te por isso não atraiu a especulação imobiliária e se preservou tal qual. Hoje lá funciona uma boate.

Número 20 da rua Saint Roman. Era uma bonita casa. Parecia uma fortaleza. Um belo dia, depois do expediente, apareceu um jornalista fazendo umas perguntas esquisitas. Indagava por que a Polônia estava organizando um retorno em massa dos imigrantes poloneses, e dizia que isso ia desorganizar a economia do Paraná etc. Fui acordar o embaixador, que estava tirando a sua soneca depois do almoço, e lhe disse do que se tratava. Ele pediu para o jornalista esperar, pois ia desmentir as notícias. De fato, isso não tinha o menor fundamento. Ficamos uns cinco dias ou seis dias em paz. No sétimo dia, eu estava no estribo de um bonde quando vi no jornal *Vanguarda* uma fotografia desse tamanho, do embaixador, ocupando toda a primeira página, com a legenda: “O rato vermelho de Copacabana”. Pulei do bonde, quase quebrei uma perna, fui comprar o jornal e ali se repetia a história da repatriação. Foi tudo inventado, para que eles entrassem na casa e fizessem as fotografias de todos os ângulos e a apresentassem como “a fortaleza do Komintern no Brasil”. Era o começo da Guerra Fria. O embaixador, alvo direto da campanha da *Vanguarda*, jornal vendido ao Dops, tinha excelentes relações com o chanceler, Raul Fernandes. Então pegou o jornal e pediu uma entrevista. Disse: “São calúnias, o que eu faço?”. E o ministro respondeu: “Como jurista, não o aconselho a processar o jornal, mas, como chanceler, se o senhor insistir terei de tomar uma atitude. Se fizer um protesto formal, no melhor dos casos, o jornal deverá publicar com as mesmas letras garrafais: ‘O embaixador da Polônia não é o Rato Vermelho de Copacabana.’”

ROSA. Os intelectuais ligados ao Partido Comunista frequentavam a embaixada da Polônia?

Cada um era um caso. Na época, quase todos os intelectuais e artistas eram militantes ou simpatizantes da esquerda. José Lins do Rego ia à embaixada, como convidado, Graciliano Ramos também. Fiquei amigo do filho do Graciliano, Ricardo Ramos. Jorge Amado não estava no Brasil naquele momento, mas, quando vol-

tou, evidentemente passou a ser convidado. Ficamos muito amigos de um irmão dele, Joelson, pediatra, que se tornou o médico de nossos filhos. Rachel de Queiroz eu conheci na embaixada. Eu tinha também um amigo, que perdi completamente de vista, chamava-se Romeu Negromonte, era jornalista. Trabalhava junto com o Barbosa Mello, que era redator da revista *Leitura*, cuja redação se tornou um lugar onde se encontravam muitos intelectuais à tarde, ali no Castelo, uma espécie de salão literário. Eu também ia muito ao encontro do pessoal de cinema, numa barraca de praia no Posto 6.

ROSA. Ida à praia como compromisso profissional?

De certa forma, sim. Ali estavam Alex Viany e vários outros, sempre sentados em torno da mesma barraca. É que meu trabalho na embaixada incluía propor artigos aos críticos de cinema. Era mais fácil vestir o calção de banho e ir encontrá-los ali do que ir atrás de cada um. Fui ver os jornalistas ligados a cinema a respeito do Festival de Cinema Mundial, de 1950, de curta-metragens. Participamos desse festival com vários filmes poloneses, mas estávamos perdendo todos os prêmios. Até que um dia houve uma bendita tempestade e o júri, de 12, se reduziu a seis, e ganhamos um prêmio. E depois houve um festival de filmes organizado na Associação Brasileira de Imprensa, e foi muito divertido porque apresentamos um filme sobre o Primeiro de Maio em Varsóvia. Entre as cenas daquele mar de bandeiras vermelhas em Varsóvia e retratos de Stalin, havia uma em que atiravam contra um boneco de Churchill e o matavam, ao som da *Internacional*. Quando vi o público cantando, não tive dúvidas, assim que o filme acabou entrei na cabine, peguei os rolos, guardei-os e saí apressado. A polícia chegou dez minutos depois. No dia seguinte, fui chamado por Herbert Moses, o todo-poderoso presidente da ABI. Ele me disse: “Saiba que, enquanto eu for o presidente da ABI, nenhum filme polonês passará aqui de novo”.

ROSA. Em 1954, já casado com Viola, também polonesa, você aposta no projeto do socialismo real e se

muda para a Polônia, que se reconstruía no pós-guerra. E serão os anos na Escola de Planejamento de Varsóvia, com Michal Kalecki.

Quando eu chego a Varsóvia em 1954, Kalecki ainda estava na Secretaria das Nações Unidas, onde foi o primeiro redator-chefe do *World Economic Survey*. Mas o reitor da Escola de Planejamento era outro economista polonês de renome mundial, Oskar Lange. Fui trabalhar primeiro no Instituto Polonês de Relações Internacionais, cujo diretor era o ex-delegado da Polônia nas Nações Unidas, Juliusz Katz Suchy. E, de lambuja, como assistente da Escola de Planejamento e Estatística. Lange queria me dar um cargo mais alto, mas recusei por achar que não tinha as qualificações. Kalecki chegou à Polônia um ano mais tarde. Ele começara sua carreira em Varsóvia, depois fora trabalhar na Inglaterra durante a guerra, em seguida na Organização Internacional do Trabalho, no Canadá. Voltou à Polônia em 1955, sendo nomeado assessor-chefe do Plano e professor da Escola de Planejamento e Estatística. Mas nós nos conhecemos na Índia, para onde eu fui em 1957, e ele em 1959, a convite de Nehru. Quando voltei da Índia para a Polônia, fui trabalhar com ele e criamos o Centro de Pesquisas sobre as Economias Subdesenvolvidas, do qual ele presidia o conselho científico e eu era o diretor.

ROSA. Depois do Brasil capitalista e subdesenvolvido, e da experiência socialista polonesa, a Índia será a terceira descoberta, o lugar onde você começou a fazer os estudos comparados do que chama de jogo de espelhos.

A Polônia tinha passado em outubro de 1956 por um movimento político importante, com a volta de Gomulka para o cargo de primeiro-secretário do partido comunista. O país estava muito na moda, e o diretor do Instituto de Relações Exteriores de Varsóvia, com quem eu trabalhava, foi nomeado embaixador na Índia. Ele me ofereceu ir com ele. Fui para a Índia como segundo secretário de embaixada da Polônia para cooperação científica, mas condicionei minha ida para Délhi à permissão de me matricular no doutorado da prestigiosa Délhi School of Economics, e a não ficar mais de três anos. Lá ficamos

de 1957 a 1960, eu fazendo meu doutorado e Viola fazendo o dela, em literatura. Foram três anos extremamente ricos. Voltamos com dois doutorados e com uma filha, Céline, que nasceu na Índia. Os dois meninos tinham nascido no Brasil.

MARCOS. Quem estava lá nessa época era Gunnar Myrdal. Conhecera-se?

Conheci sobretudo a mulher dele, Alva. Ela era a embaixadora da Suécia, e ele era o príncipe consorte, com um grande projeto internacional. Lá escreveu seu livro *Asian Drama*.

ROSA. Do subdesenvolvimento brasileiro ao indiano, o que mudava? A descoberta da Índia foi um choque?

De certa maneira foi um choque, sim. Quando eu chego à Índia tenho atrás de mim 14 anos de Brasil. O Brasil já tinha sido um choque extremamente forte para quem saía da Polônia. Não cheguei à Índia completamente despreparado, porque durante os três anos no Instituto de Relações Internacionais em Varsóvia coube-me a tarefa de criar um serviço de acompanhamento do que estava acontecendo no Terceiro Mundo. E então li muito sobre a Índia. Coube-me também editar uma série de documentos sobre a Conferência de Bandung, em que a Índia ocupou um lugar importante em meu horizonte intelectual. E eu já começava a pensar na problemática de minha tese de doutorado, que seria sobre o papel do Estado no desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, opondo o “modelo indiano” ao “modelo japonês” face aos diferentes tipos de intervenção do Estado. Em suma, cheguei à Índia preparado para o choque. Ainda assim, é o choque da multidão, da pobreza, dos cheiros, do contato diário com a miséria.

ROSA. Você diz em seu livro que retorna à Polônia, em 1954, não por suas raízes polonesas, mas por ter se tornado um socialista convicto, um internacionalista. Há um momento em que você começa a descrever a possibilidade de se ter uma sociedade mais igualitária, mais justa?

Não dá para descrever até o fim. Ainda no Brasil, as notí-

cias que chegavam da Polônia eram contraditórias. Uma parte era propaganda, mas uma parte era realidade, sem dúvida. Sabíamos que a vida material estava muito difícil. Mal cheguei a Varsóvia, percebi que praticamente só havia descrentes ao redor. Todos eram críticos do que estava acontecendo, havia grande hostilidade pelo que era visto como controle soviético. Eu cheguei, de certa forma, para ajudar a construir aquele processo, mas os que criticavam não queriam desconstruir. Apenas lamentavam que a construção se fizesse a custos tão altos. Em 1955-56 houve a famosa mudança da Polônia. Nessa época, não me lembro de ter ido dormir antes de altas horas da madrugada, ficávamos discutindo a noite toda, tentando entender, tentando mudar. E em 1956, desde março, quando terminou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, até a chamada “primavera de outubro”, eram discussões intermináveis. Tudo isso era um fermento muito forte, e ninguém levava a sério o que estava escrito textualmente no jornal do partido. Os soviéticos permitiram que os antigos presos dos gulags, poloneses judeus ou não, voltassem para Varsóvia. Foi um momento apaixonante.

ROSA. O que deu errado? Ali e no mundo socialista da Europa do Leste em geral?

Primeiro, o que deu errado foi a dominação do processo à força. Todo mundo detestava aquele sistema. Eles não tiveram nenhuma capacidade de manobrar, nenhum jogo de cintura. Isso está claro. O debate polonês, na realidade, começou muito cedo. Chegamos a Varsóvia em maio de 1954 e já havia alguns textos críticos. Em março de 1955, um poema famoso já começava a colocar perguntas bastante fortes sobre o que estava acontecendo, por que está acontecendo assim e não assado. E as discussões em privado eram extremamente livres, e eu diria 99% dos poloneses eram contra aquilo... O ano de 1956 foi de enorme impacto em todo o mundo comunista, com o XX Congresso do PCUS, as revelações do famoso discurso secreto de Krushev denunciando os crimes de Stalin, a volta de Gomulka. E logo depois vem a revolta na Hungria, que tinha começado como uma manifesta-

ção de solidariedade com a Polônia e foi massacrada. Doze anos depois, veio a Tchecoslováquia, que foi como uma tragédia em nosso próprio corpo. Não houvesse essas ingerências, com toda certeza teríamos tido mais chances de acertar. O quadro na Polônia era muito complexo, porque havia uma forte oposição da Igreja ao regime comunista. E a Igreja sempre teve um peso muito forte no país. Além disso, havia o ódio contra os russos, só comparado ao ódio que os poloneses sentiam pelos alemães. Corria uma piada na Polônia, bastante sinistra, que traduzia muito bem o clima da época. Pergunta-se a um polonês: “Se tiver que escolher contra quem lutar primeiro, os alemães ou os russos, o que responderá?” E a resposta é: “Primeiro o dever, depois o prazer”. Ou

da na Índia, é claro que estabeleci relações com colegas da embaixada soviética. Quando terminei de escrever a tese, levei um exemplar para um conselheiro. Um belo dia me convidaram para uma conversa e ficaram durante duas horas batendo, dizendo que tinham lido, achado interessante, mas que meu trabalho não era suficientemente marxista. O que podiam querer? Agradei as observações, muito detalhadas, mas praticamente não levei nada em conta. Corria na época a piada de um sujeito que faz um discurso, observa o jeito dos que estão sentados na primeira fila, e termina o discurso dizendo “Mas não estou de acordo comigo mesmo”. Talvez fosse algo assim que eles procurassem. Minha tese foi publicada na Índia e na Polônia, e também no Brasil. Anos

A ambição é pôr o planeta numa trajetória de desenvolvimento includente e sustentável, com taxas decrescentes de crescimento material. Não podemos extrapolar taxas de desenvolvimento do produto material, porque vamos encontrar barreiras intransponíveis.

seja, primeiro os alemães, depois os russos. Toda a cultura polonesa é calcada em mil anos de uma história extremamente complexa com relação aos dois vizinhos, que acabam ocupando e desmembrando o país por mais de um século. Minha mãe me contava que, quando, em criança, não se comportava bem, a governanta dizia: “Vou chamar um russo”. Era o lobisomem dela. Com a chegada de Gomulka o debate foi intenso. Houve um consenso sobre dar-se mais espaço ao mercado, melhorar a qualidade dos produtos de consumo, o sistema de preços etc. O problema foi como traduzir essas belas ideias em medidas práticas. A Polônia teve de pagar um preço alto na forma de compromissos com o antigo aparelho, que defendia suas posições e privilégios.

ROSA. Sua tese de doutoramento foi publicada em polonês, mas não em russo porque você se negou a escrever, como eles queriam, um “prefácio autocrítico”. O que os russos desejavam exatamente?

Não sei muito bem o que queriam. Durante minha esta-

depois, soube que os soviéticos queriam publicá-la desde que eu fizesse o tal “prefácio autocrítico”. Não fiz. Sei que ela foi traduzida em russo, mas eles tinham livros que traduziam e não circulavam nas livrarias. Eram livros importantes para ler, em circuito extracomercial, não para se dar a conhecer. Não tive nenhum contato com os soviéticos durante todos esses anos de Varsóvia, éramos considerados por eles, digamos, uns aloprados.

MARCOS. O sr. formou dezenas de brasileiros, como orientador de teses, professor na França. Como foi sua vivência com estudantes brasileiros?

Meus primeiros “brasileiros” ainda foram em Varsóvia. Recebemos três ou quatro por lá. Um foi o Ivan Ribeiro, que fez sua tese na Escola de Planejamento e Estatística. Depois foi chefe de gabinete do ministro da Reforma Agrária Marcos Freire, e morreu no mesmo acidente de avião que ele, em 1987. Outra foi a Lenina Pomeranz. O terceiro era o filho de um general, que assim que houve o Golpe de 64 voltou para assumir um alto cargo. Des-

se não lembro o nome. Foram brasileiros que fizeram o curso de planejamento para economistas dos países subdesenvolvidos, que era dado em inglês. Depois tive dezenas de brasileiros em Paris.

MARCOS. Cristovam Buarque é um deles.

Cristovam Buarque é um deles. Na verdade, foram muitos. Não é desagradável falar a respeito, mas é que não tenho uma visão clara do quanto isso repercutiu aqui. Posso mais falar sobre o fato de que o Brasil foi absolutamente fundamental no modo como se desenvolveu o meu pensamento. O resto, para mim...

ROSA. E esse “modo” passa por um enfoque muito mais abrangente que o do mero economista.

Como o do Celso Furtado, aliás. Tive com Celso, sobretudo em Paris, uma relação intelectual bastante forte. Tínhamos o mesmo tipo de visão humanista. O primeiro livro que li de Celso foi o *Economia brasileira* [de 1954], que o Luiz Vasconcellos me deu de presente para minha viagem de volta à Europa. Quando a gente olha para trás, para os anos 1950, vê que o debate naquele momento foi muito, muito rico. Aconteciam até coisas bem engraçadas. Estou me lembrando de um personagem... Sabem quem foi Calvino? Era um médico brasileiro, Calvino Filho, que montou uma editora, aqui no Rio, a Editora Calvino, que publicava livros marxistas. Ele tinha um projeto absolutamente fabuloso de traduzir toda a obra do Marx. Mais que isso, publicar quatro volumes de citações de Marx, Engels, Stalin e Lenin. Para isso tinha comprado as obras completas dos quatro, que juntas somavam quase 200 volumes. Ele ia muito à embaixada. Explicou-me que pretendia com isso oferecer as citações desses autores a quem as desejasse. Havia figuras bastante ímpares no Rio de Janeiro dos anos 1940 e 1950.

ROSA. Ao cabo dessa trajetória dedicada à teoria e às práticas do desenvolvimento em tantos países, você cita a definição do padre Lebrez: “Desenvolver é construir uma civilização do ser na repartição equânime do ter”. O que mais é o desenvolvimento?

A frase não é minha, mas gosto muito dela. “A repartição equânime do ter” é o cerne do desenvolvimento, a frase é uma bela síntese. Mas é verdade que não gosto de definições tão curtas. Tenho trabalhado com essa definição do Lebrez, ligando-a, porém, com os escritos de Huizinga, que estabelecia a diferença fundamental entre o *homo ludens* e o *homo faber*, ou seja, o homem que brinca e o homem que trabalha. Podemos pensar numa civilização do ter com uma repartição equânime. Em outras palavras, a civilização do ser com a partilha equânime do ter significa uma redução do domínio do tempo do *homo faber* na sociedade, e uma ampliação do tempo que irá para o *homo ludens*.

MARCOS. Tempo livre? Lazer?

Tempo de não trabalho. Não gosto da palavra lazer, porque lazer é o *dolce far niente*, ao passo que eu acredito que o *homo ludens* implica uma série de atividades que não são diretamente econômicas, como todas as atividades culturais. Então creio que entre Lebrez e Huizinga já estamos chegando a uma boa definição do que devem ser os objetivos do desenvolvimento. Eu ainda acrescentaria uma frase de Ghandi: “Needs, not greed”, necessidades e não ganância. Isto é uma reflexão sobre um problema central em nossa civilização, a saber, nossa capacidade de autolimitação das necessidades. Quanto é o suficiente? Estamos chegando a essa ideia de que o desenvolvimento é alguma coisa a mais. O maior poeta romântico polonês, Mickiewicz, dizia que “Os homens não vivem unicamente de comer pão”. Devemos agir para fazer com que a satisfação das necessidades materiais demande o mínimo de esforço da sociedade, a fim de dar a ela o ensejo de usar seu tempo, sua energia e sua inventividade para outras coisas que não a produção desses bens necessários à satisfação de suas necessidades cotidianas.

§